



## **UM PASSEIO PELO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**

**Estado, autores, editoras e usuários, entre pedidos e remessas de cartilhas em  
Minas Gerais, no início do século XX<sup>1</sup>**

**Isabel Cristina Alves da Silva Frade**

Pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e escrita da FAE/UFMG

Professora da FAE/UFMG

Alguns autores como Batista (2000) e Belo (2002) têm apontado que os estudos sobre a história do livro no Brasil não podem prescindir do foco no livro didático por várias razões. Muitas vezes, este é um material que se constitui na sociedade brasileira como primeira fonte de acesso à cultura escrita, para muitos leitores, sobretudo aqueles de camadas de menor prestígio. Não desconsiderando os efeitos que a existência tardia de uma imprensa brasileira tenha causado para a formação de leitores e as conseqüências de uma alfabetização que se disseminou fora de uma escolarização de massa, é pela escolarização que pode explicar diversos aspectos relacionados à formação de leitores, à utilização de livros, assim como à sua circulação e edição. Além disso, a profissionalização de muitos autores brasileiros, no confronto com uma produção vinda de Portugal, parece ter ocorrido pela oportunidade de produção de livros didáticos. Finalmente, na economia do livro atual, o livro didático ocupa papel central no mercado editorial brasileiro. Assim, cabe perguntar, em cada momento histórico, como se constituiu este mercado, qual a sua relação com a política educacional, quais foram as redes que possibilitaram a sua de produção.

Em nossas pesquisas atuais (Frade & Maciel) temos buscado mapear a produção nacional e a produção mineira, na tentativa de contribuir para a complementação/contraponto aos estudos regionais (Mortatti, 2000 e Amâncio 2000) e de dar visibilidade a aspectos da educação mineira pouco explorados.

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte de um projeto interinstitucional coordenado pela autora, desenvolvido em MG/MT e RS, denominado “Cartilhas escolares: ideários, práticas pedagógicas e editoriais. MG/MT/RS 1834/1996. Participam como bolsistas do CNPQ, em Minas Gerais, Agnaldo Afonso de Sousa e Priscilla Maria de Lana e como membro da pesquisa Francisca Izabel Pereira Maciel.



Afinal, qual o peso do livro didático na disseminação dos métodos de alfabetização? Quais são os dispositivos pedagógicos utilizados para dar suporte ao ensino das letras? Quem são os sujeitos que participam desse processo? Como ocorre a política estatal para definição de títulos e de distribuição de livros, em determinado período?

Interrogar sobre estas questões implica na utilização de um conjunto de fontes tais como o próprio impresso, leis e normatizações, relatórios de inspetores e correspondências oficiais em torno do livro didático, assim como o recurso a outras pesquisas que permitem aproximações gradativas em torno dos aspectos da produção, divulgação e uso de cartilhas no âmbito nacional e regional.

O que nos permite o conjunto de fontes de que dispomos? Se recuperamos os impressos, podemos verificar fatores intrínsecos ao próprio material numa tentativa de verificar permanências, tomadas de empréstimo de fórmulas pedagógicas e editoriais.

Dados existentes nos próprios livros, nos permitiram chegar a algumas conclusões sobre a produção editorial de livros em Minas Gerais, que ora envolve editoras mineiras, ora outras. Sobre as interferências do método global a partir d'*O livro de Lili*<sup>2</sup> já desenvolvemos alguns trabalhos conforme (Frade & Maciel, 2002). Numa tentativa de mapear tendências do início do século XX até a década de 90, chegamos a uma lista de autores de 16 títulos editados em Minas Gerais e 2 títulos editados pela Francisco Alves, Editora do Brasil (*O livro de Lili*, de Anita Fonseca) e pela Livraria Agir Editora (*O Presente*, de Magdala Bacha). Assim, foi possível observar períodos de maior e de menor produção regional.

Concentrando a análise nas duas primeiras décadas do século XX, observa-se algumas singularidades: a presença de apenas dois livros mineiros, o primeiro de Arthur Joviano e o segundo de Anna Cintra, e sua impressão pela Imprensa Oficial, entre os períodos de 1906 e 1922. Neste caso cabe indagar: por que os autores produziram estas cartilhas? Respondiam a alguma tendência? Os livros realmente circularam nas escolas? Com quais cartilhas da produção nacional eles conviveram? Qual a sua relação com a política do

---

<sup>2</sup> O Livro de Lili foi paradigmático para a produção mineira e foi escrito por Anita Fonseca, aluna de Lúcia Casasanta. O protótipo de *O livro de Lili* foi inicialmente 'testado' nos anos 30, nas 'classes de demonstração' da Escola de Aperfeiçoamento, em Belo Horizonte, e nas principais escolas da capital mineira. A autora, Anita Fonseca, foi uma das alunas da primeira turma da Escola de Aperfeiçoamento. Depois de ser testado, aprovado e apresentar altos índices de promoção dos alunos novatos - no ano de 1934, o índice de aprovação foi de 26%, em 38, 41% e em 1939, 45,8%. <sup>2</sup> O livro de Lili foi editado oficialmente, pela primeira vez, no ano de 1940, pela Livraria Francisco Alves, e a partir dos anos 50 passou a ser editado pela Editora do Brasil S.A.

livro didático? Por que a necessidade da imprensa oficial, no contraponto com a ausência da presença do Estado na impressão, em outros livros?

Na possibilidade de investigar a presença e circulação de livros dos quais possuímos apenas os impressos, é que buscamos outras fontes, como algumas leis e correspondências existentes no Arquivo Público Mineiro, em torno do livro de Arthur Joviano para estabelecer um conjunto de indícios e suposições sobre a produção, circulação e uso do livro didático nas escolas públicas mineiras. Priorizando a fonte Arquivo Público Mineiro e um autor, não deixo de cruzar informações relativas a outros livros e a outras fontes, mas a partir de um estudo verticalizado, passo a interrogar sobre a existência, permanência, especificidade regional da utilização de uma cartilha<sup>3</sup> em Minas Gerais, de 1906 a 1925.

Conforme estudos sobre a história do livro e da leitura, sabemos que é possível, partindo da presença de um livro, sair para dimensões de fora dele. Assim, sem focalizar aspectos específicos da materialidade do impresso, tomo como um dos pressupostos para esta análise a afirmação de que *“tudo o que está no livro nos reenvia para fora dele”* (André Belo, 2002, p. 104) e de Robert Darnton (1995), ao afirmar que para fazer história do livro é também necessário analisar o seu circuito de comunicação. As condições eleitas para análise estão para fora do próprio livro e referem-se aos aspectos de sua produção, uso, pedidos, remessas, contratos, edições, permutas, impressão e mesmo a rede de relações que permitem sua utilização.

### **A circulação, controle e produção de livros em Minas Gerais: entre o arquivo e algumas leis**

Relatórios de inspetores de ensino, tal como o de Peregrino (1839), citado por Faria Filho (2003) atestam que na Província de Minas Gerais eram escassos os livros. O relatório de Peregrino destaca que *“cada discípulo recebe de seus pais, ou Educadores, um livro diferente, ou uma carta manuscrita com imensos erros de Gramática e Ortografia, e tratando sempre de objetos, que nada podem interessar a educação da mocidade e que pelo contrário, podem muitas vezes lhes ser prejudicial.* (2003, Veredas, modulo 3, vol. 3, p. 118)

---

<sup>3</sup> A denominação cartilha era utilizada apenas para alguns livros nos pedidos e remessas a que tivemos acesso.

Maciel (2003) traz novas informações, ao afirmar que no final do século XIX os livros de leitura mais utilizados na Província de Minas Gerais eram os livros de leitura de Abílio César Borges, *O Primeiro Livro de Leitura* de Felisberto de Carvalho e *O Primeiro livro de Leitura* de Hilário Ribeiro. Entretanto, quando começa uma produção mineira de livros para alfabetizar?

Os dados gerais pesquisados no Arquivo Público Mineiro, sobre a circulação de vários livros, a partir de 1881, fazem parte de uma série de exigências da época e podem nos remeter a um conjunto de fatores relacionados à circulação e uso de livro em escolas públicas mineiras no início do século XX. Nesta época implementava-se a modalidade de organização de grupos escolares, que vão conviver com sistemas como cadeira de ensino e escolas isoladas regidas ou de responsabilidade de um só professor. Eram também definidos programas de ensino para a Província e sugeria-se a implantação de mais escolas normais.

Livro didático também era matéria de controle e de normatização. O regulamento de n. 100 de, de 23 de julho de 1883, que estabelece diversas diretrizes para o ensino público e particular na província de Minas Gerais possibilita compreender aspectos do controle e mesmo da política de livros no período.

Da lei, cabe ressaltar que era da responsabilidade do professor, “*zelar pela conservação do material escolar, assim dos como dos livros fornecidos gratuitamente aos alunos pobres*” (Art.50) e que também este era exigido dele uma prestação de contas, sob a forma de inventário, caso deixasse a cadeira de sua responsabilidade.

Sobre o controle dos livros pelo Estado uma das atribuições dos inspetores escolares era a de examinar “*os compêndios e livros elementares que existem ou faltão nas escolas, quaes os necessários para os alunos pobres, indagando como se tem feito a distribuição*” Art. 2, da seção 2.

Assim, examinar pode significar apreciar/avaliar o livro, verificar a presença/ausência de compêndios para meninos pobres e diagnosticar problemas na sua distribuição. No entanto, e a divulgação e escolha, como seria feita? Livremente, pelos professores? De acordo com os livros disponíveis?

*Sobre a aquisição de livros pelo poder público, o regulamento dá alguns indícios que permitem fazer inferências sobre financiamento e compra, assim como sobre a clientela atendida. A lei prevê a criação de um fundo “para construção de casas escolares, melhoramento das actuaes, aquisição e mobília e material tecnico, compra de livros de leitura para alumnos pobres, e bem assim para socorrel-os com roupa, calçado e objectos de escripta...” (Cap. 4, art. 69).*

Ainda sobre o controle dos livros, o artigo 60 do regulamento de 1883 prevê que “*nas escolas publicas não serão admitidos livros que não tenham sido adoptados pelo presidente da província*”. O trabalho de Kinkle (2001) informa que as prescrições continuam em outros períodos, havendo inclusive a previsão de multas pela não utilização de livros adotados pelo governo. A autora menciona uma norma do decreto 1969 de 1907: “*os livros, utensílios, modelos, etc. serão uniformes em todas as classes não podendo o professor ou aluno adotar outros que não sejam recomendados pelo governo.* (p.86). Os dados do arquivo e outras pesquisas vão demonstrar a existência de listas de livros em períodos posteriores, mas vão mostrar também que não basta proibir ou mesmo indicar, se não houver uma produção ou mesmo estoques suficientes para as demandas das escolas. Talvez seja por isso que as correspondências registradas no Arquivo vão indicar uma certa autonomia do professor, quando este argumenta ou solicita a utilização de outro material.

Dados que constam nas correspondências de professores, solicitando livros, indiciam para a existência de uma lista publicada no diário oficial, que provavelmente informa aos professores de toda a província sobre títulos ou remessas existentes. Há diversas menções e documentos demonstrando esta regulamentação nos pedidos, em que aparece o termo “conforme edital publicado no diário oficial...” Na ausência de uma consulta ao próprio diário oficial, fica a indagação: seria esta lista feita de livros disponíveis no almoxarifado ou de livros que deveriam ser adotados? Curiosamente, alguns pedidos de professores nem discriminam títulos, mas apenas número de livros e a série correspondente, como se já se soubesse, de antemão, o que deveria ser enviado às escolas para cada série (pedido da Escola Glória de Guanhões, em 22/04/1916, em cumprimento do edital de 22/04/11).

Não se sabe também qual o período de permanência de uma lista dos livros possivelmente aprovados por uma comissão, mas há registros de livros utilizados na mesma



região de Guanhães, 4/5 anos após a data do edital, que pode dar uma idéia do que era permitido circular, segundo os documentos de pedido e de possível autorização de envio :

*Guanhães*

*Relação dos objectos indispensáveis ao uso dos allunos pobres da escola publica do sexo masculino de Braúnas.*

*20 livros: Primeira Leitura de Arthur Joviano*

*20 livros: de Hilário Ribeiro para o 2º anno*

*20 Cartilhas Nacionaes*

*N. S. do Amparo de Braúnas, 5 de dezembro de 1915*

*Maria Isabel de Nazareth Figueiredo*

*O Inspector escolar José xxxx da Silva*

*Grupo Escolar de N. S. do Patrocínio de Guanhães, municipio de S. Miguel de Guanhães*

*Relação de material que pode ser remettido*

*50 Cartilha Analytica*

*30 Segundo Livro de Vianna*

**50 Segundo Livro de Galhardo**

*40 A Pátria Brasileira*

*40 Terra Mineira*

*22-6-16*

*F. D. A - Santa Bárbara*

Dados sobre a atribuição do conselho diretor, da lei de 1893, demonstram algumas das maneiras de funcionamento. Destaco duas atribuições que considero serem diretamente ligadas a uma política do livro e assim caberia ao Conselho Literário emitir parecer “*sobre a adoção de métodos e systemas práticos de ensino*” e a “*adoção, revisão, substituição de compêndios, livros e objetos do mesmo ensino.*”

A adoção de compêndios aprovados pelo Conselho permite supor que há uma produção maior de livros que necessita ser avaliada. No entanto o próprio regulamento demonstra a precariedade da produção quando, em seu artigo 61, incentiva a produção de material pedagógico, por professores: “*são garantidos prêmios aos professores que escreveram compêndios e livros para uso das escolas. Estes prêmios serão concedidos pelo governo depois de adoptados os livros a que se referem e se farão effectivos, logo que a assembléia provincial houver concedido quota para este fim*”

A proposta de concurso pode significar uma ausência de materiais mais específicos para a realidade mineira? Um esgotamento do modelo de ensino de leitura existente em manuais vindos de outras regiões? Uma preocupação com aspectos metodológicos mais específicos para alfabetização? Estudos demonstram que, em meados do século XIX, vários eram os problemas ligados à alfabetização no Brasil, não havendo como distinguir em importância aspectos tais como a própria formação de professores e seu desconhecimento de métodos, a falta de livros ou ausência de teorizações sobre o ensino das primeiras letras, conforme texto de Gonçalves Dias, de 1852, citado por Mortatti (2000:45)

### **Recuperação do itinerário d’*O Primeiro livro de Leitura* de Arthur Joviano, mediante pedidos, remessas e negociações**

Assim, como no Brasil, aparecem alguns autores no final do século XIX que irão combater com seus materiais o método de soletração e defender a produção de materiais adequados a novas metodologias (Mortatti, 2000), em Minas Gerais, o início do século XX parece trazer ventos do progresso e novas demandas para a região, em termos de material escolar uma vez que é a partir da Reforma João Pinheiro, de 1906, que se instaura um processo progressivo de implementação da seriação, modo de organização que permite também uma outra organização do material escolar (Faria Filho, 2003. Veredas, Vol 3).<sup>4</sup>No mesmo período também se instala a obrigatoriedade da utilização do processo de sentencição para as classes que serão alfabetizadas na escola. (Maciel, 2003).

Para responder às necessidades de implementação do método da palavração prescrito no programa de ensino de 1906 “foi editado, em 1907, pelo então Inspetor dos Grupos escolares de Belo Horizonte, Arthur Joviano, seu *Primeira Leitura* (Kinkle, p.86). Arthur Joviano<sup>5</sup>, autor mineiro do *Primeira Leitura* é também autor de outros livros didáticos tais

---

<sup>4</sup> Choppin (2002) ressalta o livro didático só pode ser entendido se ligado ao conjunto de práticas pedagógicas que o conformam: o livro didático se torna necessário quando é possível separar em níveis e séries um conjunto de conhecimentos a serem ensináveis, sobretudo num contexto de ensino simultâneo presente a partir do século XIX.

<sup>5</sup> É preciso verificar a biografia do autor e sua relação com a reprodução e comercialização de livros uma vez que, além de ser inspetor de ensino, alguns dados sobre a trajetória da imprensa mineira constantes em Linhares (1995) permitem supor uma ligação com negócios do livro pela coincidência geográfica e de época com o nome Joviano, que consta em título de oficina de impressão (Joviano & Cia, p. 78 e 86) que imprime jornais, no

como *Colleções de Cadernos de Caligrafia* (exemplar de 1918) e de *3º Livro de Língua Pátria* (1922)<sup>6</sup> Segundo Kinkle (op. cit.) o livro voltado para alfabetização, que foi resultado de um concurso, foi editado pela Imprensa oficial e distribuído pelas escolas primárias e teve grande números de pedidos na Capital e no interior.

Kinkle informa que constava desta lista de maio de 1907 a indicação *da Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro. Sem constar na lista de livros de maio de 1907 adotados pelo governo, o livro de Arthur Joviano é aprovado pelo Conselho Superior e aparece no Boletim Vida Escolar, 15 dias após, com a seguinte informação: “*O conselho Superior aprovou o livro A Primeira Leitura, do Sr. Arthur Joviano, que ofereceu ao Estado a primeira edição desse trabalho para ser distribuída gratuitamente pelas escolas públicas*” (Klinke, 2001, p. 88).

A carta de Arthur Joviano, endereçada ao então Secretário de Interior, anexada na páginas iniciais de seu *Primeira Leitura*, talvez para agregar maior prestígio à obra e já respondendo a demandas da reforma João Pinheiro, de 1906, deixa a entender que sua contribuição foi solicitada e que está prestando um serviço às escolas:

*“Carta ao excellentissimo Senhor Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Brito  
Exm. Sr.*

*Convidado a colaborar na execução que a v. Ex. estabeleceu para a instrução primaria do Estado de Minas, eu vi desde logo a dificuldade que se antolhova aos professores, com a determinação de um novo processo no ensino da leitura.*

*Essa parte do novo programa é uma das que mais profundamente modificam os velhos moldes da nossa rotineira escola primaria. Para as demais disciplinas, a aptidão e o estudo da maioria dos professores mineiros bem depressa bem depressa aparelharão com os processos e conhecimentos que a reforma exige.*

*Ensinar, porem, a ler, começando pela palavra, sem os nomes das letras, sem a tradicional ABC, é cousa que vai ferir velhos hábitos, desorientar o mestre-escola, transformando radicalmente a prática diaria e mais commun do sua profissão.*

*É coisa nova no Brasil o methodo de leitura que a reforma adoptou. Não temos em parte alguma livro que, acompanhando todo o processo, se deva entregar às mãos dos alumnos ou que, ao menos, sirva de guia aos professores. Não poderia V. Ex., portanto, exigir delles a sua applicação.*

*Eis ahi a razão por que entendi organizar este compendio, cuja contextura obedece totalmente às recomendações do programa. Enceta por palavras a aprendizagem da leitura,*

---

mesmo período, e em nome uma livraria e papelaria. Há também algumas menções ao nome Artur Joviano (sem o h) em que se informa sua participação como jornalista e como editor do periódico “Folha Pequena”

<sup>6</sup> Possivelmente este livro faz parte de uma coleção de livros para a escola primária, mas encontramos menção apenas ao 3º volume num outro levantamento feito por Karina Klinke em arquivos mineiros.



*decompondo estas para reconstrução de novas, formando frases e sentenças, até que a creança se desembarace, para entrar francamente na leitura de grandes composições.*

*Offereço a primeira edição deste meu trabalho ao governo de Minas, por intermedio de V. Ex., para que mande imprimir e distribuir gratuitamente pelas escolas. Espero que a sua divulgação va combater a rotina dos velhos métodos, substituindo-os, por um processo, prático, intuitivo e natural, de ensinar a ler às creanças.*

*Si a “Primeira Leitura” o conseguir, estarei bem compensado das horas de trabalho que nella gastei, e grandemente lisonjeado por vel-a figurar, embora como pequena pedra, na obra ingente de reconstrução que o governo benemerito do Exm. Sr. Dr. João Pinheiro está patrioticamente realizando no Estado de Minas Geraes. Com esta simples oferenda, Sr. Dr. Carvalho Britto, aceite V. Ex. os meus protestos de admiração pela competencia, energia e esforço inimitaveis, com que v. Ex. executa o seu grandioso plano de reforma o nosso ensino primario.*

**De. V. Ex.**

*Patricio e Amigo*

Arthur Joviano

*Bello Horizonte, 2 de março de 1907. “*

Nesse caso, é possível compreender que entre a carta de Arthur Joviano, na apresentação de seu livro em 1907 e o registro de uma carta enviada ao secretário do interior, em 1911, houve uma alteração no volume da produção e nas demandas feitas ao governo, para subsidiar ou divulgar livros. O trecho abaixo mostra os dilemas futuros do governo com os pedidos do livro/compêndio de gramática de Freitas Coutinho já abolido do ensino:

*“Não é possível a aquisição actualmente, por falta de verba. Tenho notado que a grande mania da actualidade consiste em escrever livros para vende-los ao Estado e muitas vezes, inutilmente. Neste particular é preciso que o secretario revista e uma grande dose de resistência.”*

*30-III-II”*

No entanto, algumas correspondências comerciais permitem supor que, mesmo que Arthur Joviano tenha prestado um serviço à reforma com seu livro, havia uma necessidade de ajudar na agilização da edição de seu livro e talvez viesse daí a necessidade da Imprensa Oficial, mesmo que tenha sido por conta e encomenda do autor.

*Belo Horizonte, 14 de março de 1911*

*7ª secção nº 18*

*Sr. Director da Imprensa official Capital*



*“Peço-vos mandeis imprimir nas oficinas dessa casa dois mil exemplares (2000) do livro “Primeira Leitura”, por conta e encomenda do autor Sr. Arthur Joviano.*

Em nossa ficha analítica do livro consta a observação encontrada no impresso: *Primeira edição mandada imprimir especialmente pelo Governo de Minas Geraes para distribuição gratuita nas escolas do estado.* O termo *especialmente* denota que o autor destaca a peculiaridade da edição, portanto não era comum imprimir livros didáticos na imprensa oficial, e a expressão *mandada imprimir pelo governo*, traz benefícios simbólicos ao autor, além de revelar ao público sob qual da chancela o livro se instala. O fato de não constar preço no impresso de que dispomos e, diferentemente, constar preço no livro de Anna Cintra, também editado pela Imprensa Oficial, em 1922, pode indicar diferenças de relacionamento entre autores e Estado e explicar problemas de compra e estoques.

No entanto, há correspondências que demonstram que outras instâncias, como tipografias, estiveram envolvidas na produção/comercialização do livro de Arthur Joviano. Abaixo de uma nota de cobrança por 2000 exemplares do livro, fornecidos ao governo por Gibraltar de Sousa, consta a correspondência:

Gibraltar – Typographia Papelaria

Rua da Bahia, 916 – Telep. 149

*Gibraltar de Souza*

*Belo Horizonte, 20 de junho de 1913*

*Secretaria do Interior*

*2.000 Primeira Leitura, de A Joviano 1:200\$000*

*Entraram para o depósito da 7ª secção dois mil livros da Primeira Leitura de A Joviano*

*20-6-913*

*Attilia Mersiana*

Não é possível verificar por qual mecanismo se imprimiram os primeiros livros, quem realmente pagou pela impressão e se o governo intermediou várias de suas edições. Cabe questionar também se sua edição pela Francisco Alves, feita mais tarde, significou uma adoção de mercadoria ainda vendável, porque constava na lista de livros adotados pelo governo, ou se veio como resposta editorial para que se encontrasse o livro diretamente no mercado e nas poucas livrarias. Isso porque livro de Arthur Joviano é sistematicamente

solicitado e algumas correspondências demonstram que a Secretaria não tinha como enviá-lo, às vezes porque era impossível encontrá-lo:

*7ª secção*

*Srs. Gabriella Alves Prado, prof. publ. da cidade de Ferraz*

*“A esta Secretaria foi presente uma relação de livros didáticos e de cadernos para vossa escola, tendo a mesma data de 18 do corrente.*

*Cumpre-no declarar-vos, em solução ao pedido, que seguirão brevemente pelo correio os seguintes livros: “Os nossos amigos”, 15 exemplares; “As boas crianças”, 10 ditos; “Arnniarias de Minas”, edições de 1907 e 1909, 2 exemplares, por serem estes os únicos existentes actualmente nesta Secretaria.*

*A remessa dos livros de “Primeira Leitura”, por Arthur Joviano, se fará \*\*\*\*\*, quando a Secretaria estiver provida dos recursos.*

Pela dificuldade em ter livros editados disponíveis, a solução parece ser a de substituí-los por outro, possivelmente de outro autor mineiro:

*(...) “Pelo depósito poderão ser fornecidos os livros de ponto diário e os “primeiros exercícios de leitura” de Lindolfo Gomes, que pode substituir perfeitamente o de A. Joviano, que actualmente não existe aqui.”*

*(carta de um funcionário ao Secretário do Interior)*

*Nota em vermelho na mesma carta*

*“Dei ao depósito para remetter 6 livros de ponto diário e 50 exemplares dos “Primeiros Exercícios de Leitura” de L. Gomes.*

***11 de Abril de 1911***

Talvez venha daí a sua comercialização por outras tipografias e depois pela Francisco Alves<sup>7</sup>. Parece que também havia uma divulgação das necessidades das escolas, uma vez que aparece nos arquivos uma carta em que o autor se dispõe a devolver de exemplares do livro de Arthur Joviano, que comprova a permissão para utilização de outros títulos e mesmo a recusa de adoção de outros:

*Vila Nova de Lima, 10 de abril de 1911*

*(...)*

*Pela leitura do expediente da respectiva secção dessa secretaria tenho visto que não há livros de 1ª leitura de Joviano para attender aos pedidos.*

---

<sup>7</sup> A menção a editoras comerciais de outras localidades aparece apenas para a Francisco Alves nos registros a que tivemos acesso.



*Tendo este Grupo 112 exemplares do referido livro que não estão utilizados pois que as professoras estão empregando a Cartilha Analytica para o ensino de leitura, eu os devolverei à secretaria ou dar-lhes-ei o destino que julgardes conveniente, se me derdes ordem para isso.*

*Saúde e Fraternidade*

*Diniz Augusto de Araujo Valle, director do Grupo”*

Esta carta mostra que a adoção de outros livros de produção nacional é concomitante com a utilização do livro de Arthur Joviano e evidencia-se uma tendência a utilizar outros livros, talvez respondendo a uma necessidade de maior experimentação ou à própria falta de livros adotados pelo governo:

*(...) Nas classes do 1º anno, que são quatro, pouquissimos são os livros de “1ª leitura” existentes e esses em pessimo estado, (...)*

*Havia em nossa biblioteca 5 exemplares da “Cartilha Analytica” de Arnaldo Barreto e como não parece digno de ensaio esse methodo, eu incumbi o Professor Barbosa de o ensaiar com os seus alumnos atrasados e o resultado tem sido excellent, como já o verificou o Snr Inspector supplente em exercicio. De sorte que me sinto animado em insistir nesse methodo. Mas, são muitos os alumnos atrasados, como ficou dito e os exemplos da “Cartilha Analytica” são 5 apenas e aqui não se encontram outros. Por isso, venho solicitar de V. Excia remether o livro de leitura de Lindolpho Gomes, que tambem satisfaz os necessidades do ensino (...)*

***(Carta enviada ao Secretario do Interior Defim Moreira***

Alguns anos mais tarde, o mesmo livro de Arthur Joviano vai aparecer na lista de livros que a editora Francisco Alves divulga para o governo de Minas Gerais. Na lista abaixo, percebemos a incorporação, pela Francisco Alves, de parte da produção mineira que convive com uma produção nacional de cartilhas com tendências voltadas para o método analítico, já divulgado amplamente no estado a partir da década de 20 e defendido explicitamente na reforma Francisco Campos, de 1927:

**Exo Snr. Secretario do Interior do Estado de Minas Gerais**

*Paulo de Azevedo & Cia, proprietarios da “Livraria Francisco Alves”, negociantes nesta praça, editores dos livros abaixo mencionados, todos elles aprovados e adoptados pelo illustrado conselho da instrucção deste estado, vêm propor a essa secretaria o fornecimento dos mesmos para o próximo anno lectivo, pelo preços e condições abaixo especificadas:*

*A. Barreto – Cartilha Analytica, 1\$500 com 30% desconto, ou 1\$050 liquido*

*J. Kopke – Primeiro Livro de Leitura, 2\$500 com 30% de desc, ou 1\$750 liq.*



*J. Kopke – Segundo livro de Leitura 2\$500 com 30% de desc, ou 1\$750 liq.*  
*J. Kopke – Terceiro livro de Leitura 2\$500 com 30% de desc, ou 1\$750 liq.*  
*O. Bilac – Contos Patrios, 3\$500 com 30% de desconto, ou 2\$450 liquido.*  
*B.P.R. – Leitura Manuscripta, 1\$500 com 30% desconto, ou 1\$500 liquido.*  
*A. Cintra – Lições para o ensino de leitura, 1\$500 com 20% de desconto, ou 1\$200 liquido.*  
*J. Lucio Brandão – Livro de Zezé, 2\$500 com 30% de desconto, ou 1\$400 liquido.*  
*T. Galhardo – Segundo Livro de leitura, 1\$500 com 30% de desconto, ou 1\$050 liquido.*  
*J. Lucio Brandão – Livro de Elza, 3\$000 com 20% de desconto, ou 2\$400 liquido.*  
*J. Lucio Brandão – Livro de Ildeu, 4\$000 com 30% de desc. ou 2\$800 liquido.*  
*Joviano – Primeira Leitura, 2\$000 com 30% de desconto ou 1\$400 liquido.*

*Todos os livros acima são solidamente cartonados, bem impressos e profusamente ilustrados.*

*Os preços desta proposta referem-se a mercadoria posta no almoxarifado dessa repartição sem nenhum outro onus para o estado.*

*Pedimos permissão para salientar a V. Exa que apesar do enceramento geral da mão de obra e das despesas de transporte, continuamos a manter nesta proposta os mesmos preços dos fornecimentos anteriores, sem prejudicar, entretanto, a parte material dos ditos livros.*

E. Deferimento

*B. Horizonte, 14 de Agosto de 1926.*

É comum nas correspondências a utilização de expressões tais como “lista de material indispensável ao bom funcionamento da escola” e mesmo “*lista de objectos faltosos para bôa ordem e harmonia do ensino na escola pública ...*” que nos dá pistas sobre o valor organizativo dado ao objeto livro. A falta de exemplares e seu preço, talvez tenham levado à retomada de livros e métodos anteriores ao período. Nos pedidos, há professores que diziam estar sustentando os alunos e parece que o governo subsidiava apenas parte da compra. O uso, em vários pedidos, da expressão *para alunos pobres*, talvez explique parte da política de doação de livros à escola. Se o uso do fundo, instituído em 1883, também continuou funcionando para este período, talvez se explique a série de problemas gerados para garantir aos outros alunos o material de leitura. Constata-se que mesmo livros que não constavam na lista do governo eram utilizados, mostrando que há apropriações pedagógicas diversas ou explicadas pelos problemas de materialidade. Assim, parece que o trabalho dos professores dependia do que podia ser adquirido. Um exemplo elucidativo é que, mesmo com a adoção oficial de outros livros foi possível encontrar, em 1916, correspondência que atesta um esforço de compra e a utilização dos livros de Abílio, pela pobreza dos alunos e pela ausência de material adotado pelo governo na região.



Há pedidos feitos ao governo para que haja pelo menos um livro para cada aluno no início do processo de aprendizado<sup>8</sup>, argumentando-se sobre seu papel na aprovação de alunos para outras séries e seu peso na frequência dos mesmos às aulas. Parece que a compra também podia ser indicada pelo professor e são elucidativos este trechos:

*“(...) Estando classificados no 1º ano 34 alumnos, para voltar a diminuição na frequência, como tem acontecido em annus anteriores por falta de distribuição de livros a todos e para não dificultar o ensino fazendo mistura de compendios, a xxx propria, fiz aquisição da Cartilha Popular de Abilio, em numero sufficiente, a qual será adotada se houver permissão vossa. Conheço outras obras didaticas como a de Felisberto de Carvalho que foi compilada segundo o methodo de ensino de emissão de sons; entretanto por ser cara não pude conseguil- a.”(...)*

*Carta do professor Antonio Hormidas de Magalhães em 5 de fevereiro de 1911 a SIEMG*

Relatorio do Inspector José Rodrigues Vinsa em 30 de novembro de 1913, São João Baptista dos Farias à Ilm.º Exm.º xxx Dr. Secretario do Interior.

*“(...) Bastava para nossa inteira satisfação que o primeiro ano tivesse cada um o seu livrinho o seu livrinho de 1ª leitura para poderem ser mais bem aproveitadas as verdadeiras lições da Exmª professora. Ha três anos que ela segue por um compendiosinho resumido que escreveu, singindo-se pelo novo programa; e assim encontramos dois meninos que aproveitavam a matricula de junho, e tendo o 1º livro de Felisberto de Carvalho passam agora para o 2º ano; (...)*

Uma outra correspondência dá indícios de que vai-se diversificando a utilização de outros títulos, que os professores começam a ter alguns parâmetros de análise baseados na divulgação do método intuitivo<sup>9</sup>, evidenciando haver uma certa mobilidade no uso de livros de alfabetização e uma atenção do do governo aos conhecimentos pedagógicos:

*(...) Achando-se já, bastante estragados, alguns dos exemplares, que encontrei nesta escola, para primeira leitura, de “Arthur Joviano”, aproveito a oportunidade para pedir a V. Exª permissão para introduzir nesta escola o método analytico de Snr Arnaldo Barreto, ou o do*

---

<sup>8</sup> Um registro do arquivo de 1926 permite que se faça a hipótese de que a proporção era de um livro para cada dois alunos, aferida pelo uso da expressão “proporção de 50% sobre a respectiva matrícula”

<sup>9</sup> Entre o fim do século XIX e início do século XX, será amplamente divulgado o método intuitivo que privilegiava a intuição, a observação e a educação através dos sentidos (Razzini, 2003). Uma das derivações do método intuitivo era a consideração da visão como principal sentido humano da aprendizagem (Faria Filho, 2003. Vol.3). Sua influência nos materiais didáticos foi grande, uma vez que ao se defender a observação como um princípio, uma forma de vivenciá-la, além da observação das coisas, era mediante sua representação em gravuras, cartazes e ilustrações nos livros didáticos.



*Snr Lindolpho Gomes, methodos estes que, embora incompetente, acho-os mais intuitivos do que o adoptado nesta escola, e para esse fim, rogo a V. Ex<sup>a</sup> se digne tambem, ordenar a remessa de alguns desses exemplares, para assim conseguir o que almejo.*

*(...)*

*Descoberto 24 de Março de 1911*

*Arnaldo Pereira de Castro*

*\_\_ Nota escrita na margem da carta (Documento)*

*O professor pede permissão para introduzir na escola o methodo analytico, optando os livros de Arnaldo Barreto ou Lindolpho Gomes. Parece-me que podem remether-lhe alguns exemplares deste último e dizer-lhe que o mais aqui não há xxx. Quanto à xxx de método suponho que deve ficar a criterio do prof.*

*31-3º-911*

*D. Epaminondas*

Deduz-se que mesmo com a adoção oficial do método da sentença, a falta de livros faz com que os professores recuperem outras práticas, misturando vários livros, mesmo que tenham que prestar contas.

Estando o livro de Arthur Joviano presente como um dos títulos na lista de divulgação da Editora Francisco Alves, em 1925, pode-se deduzir que houve um declínio de sua utilização e é necessário saber o que constava na lista de adotados no governo naquela época, para interpretar a carta do professor que comunica um extravio de material solicitado antes e a solução encontrada por ele.:

*Botelhos, 16 de março de 1925*

*Ilmo e Exmo Sr. Dr. Diretor da Instrução*

*Belo Horizonte*

*... venho pedir a V. Excia providencias no sentido de me serem remettidos com urgencia pelo correio alguns exemplares para o 1º semestre dos diversos annos do curso, afim de não ser o ensino prejudicado. Pois falta desses livros, tenho dado às classes a leitura de Joviano, visto ser prohibido a de livros não adoptados.*

*Saude e Fraternidade*

*O diretor, Eulalio Baptista de Assis.*

O livro de Joviano aparece sistematicamente na maioria dos pedidos feitos a partir de 1909 até 1925. Também circula juntamente com a *Cartilha Analytica*, de Arnaldo Barreto que aparece em primeiro lugar nas remessas de 1910 e que tem um número maior de pedidos em 1916; com a *Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro que tem sua primeiro pedido em 1911 e um número maior de pedidos em 1916. Não se sabe o que significam os números, porque



não se sabe quantos alunos eram atendidos, nem quantos estavam matriculados nas turmas ou sub-grupos de alfabetização<sup>10</sup>, nem a proporção entre os livros comprados e alunos matriculados e se essa proporção era relacionada apenas a alunos pobres. Não sabemos da durabilidade dos livros para verificar até que ponto, mesmo sem pedi-los, ainda se podia utilizá-los e, finalmente, é difícil avaliar o que determina com mais vigor a divulgação/circulação e compra: a força de um pedido ou o conhecimento de que foi feita uma remessa ou que há exemplares num estoque?

No entanto, parece que o livro de Arthur Joviano perde terreno, quando entram também nos pedidos, em 1925, o *Livro do Zezé*, de João Lúcio e o *Primeiro Livro de Leitura e Lições de Leitura*, ambos de Anna Cintra. Sobre a relação entre este último e o livro de Arthur Joviano, são elucidativos os seguintes trechos de cartas enviadas à Secretaria do interior em 1925:

*“Sr. Almojarife,  
Remetter ao orphanato “Santo Antonio” de Curvelo de acordo com o despacho do Ilm. Secretrario o seguinte. (...)  
20 exemplares do 1º livro de Anna Cintra (...)”*

*“Dirijo-me hoje a V. Excia com o principal objectivo de obter para o estabelecimento de ensino que dirijo, registrado nessa secretaria, o material necessario a completa observancia do regulamento e programa de ensino em vigor. (...)  
1 Livro de Anna Cintra (...)*

Uma correspondência de 1926 demonstra que, na lista de livros adotados pelo Conselho Superior, não consta o livro de Arthur Joviano. Outros fatores precisam ser estudados e aprofundados, para evidenciar tendências e relações entre grupos, intelectuais, professores e métodos, assim como as relações entre governo e livros, entre compra pelos alunos e compras pelo governo e as possibilidades de compra diretamente com as editoras pelas escolas<sup>11</sup>, além de indícios que liguem essas possibilidades de utilização com o estoque e armazenamento de livros, para a construção de uma história da alfabetização e da

---

<sup>10</sup> Segundo Luciano Faria, em MG, a grande inovação da reforma de ensino de 1906 “era a possibilidade que os grupos escolares ofereciam para a divisão dos alunos em turmas, classes ou aulas” (p.128. Vol.3 Veredas), mas pelas denominações dadas às escolas e mesmo aos seus profissionais verifica-se que outras formas de organização dos alunos continuaram a existir, o que dificulta o levantamento de quais alunos se encontravam em processo de aprendizagem inicial da leitura/escrita.



edição, pela via do estudo de livros. O *Primeiro Livro de Leitura*, de Arthur Joviano, é um caso exemplar e permitiu um passeio pela política, pela tipografia, pelos métodos, enfim, por algumas das condições de circulação de um livro. Cabe, em outros trabalhos, voltar novamente ao livro, já que escolhemos analisar aspectos de fora dele. Outros pesquisadores talvez escolham itinerários diferentes que permitam, futuramente, um cruzamento com os dados que consegui apreender.

---

<sup>11</sup> Encontramos várias correspondências das escolas para a Secretaria, enviando relação de livros a serem fornecidos pela Francisco Alves, talvez demonstrando negociação direta da escola com editoras.



## Referências Bibliográficas

- AMANCIO, Nanci Lazara. *Ensino de leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX*. Marília-SP, 2000. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP.
- BATISTA, Antonio Augusto. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia. (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado das Letras/ALB. São Paulo. FAPESP. 2000. P. 529-575.
- BATISTA, Antonio Augusto, GALVÃO, Ana Maria e KINKLE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). *Revista Brasileira de Educação*. Autores Associados. Mai/jun/jul/ag. 2002. P. 27/47
- BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary del Priore. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- CHARTIER, Roger. (coord.) *As utilizações do objeto impresso*. Algés: Portugal: Difel, 1998.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*. Editora da UFPel: Pelotas: 2002 – p. 5 a 24
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FARIA FILHO, Luciano. *História da Educação*. Coleção Veredas. Vol. 1, Vol. 2 e Vol. 3. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação. 2003.
- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Escolha de livros de alfabetização: dialogando com permanências históricas e com modelos atuais de inovação. *Revista História da Educação*. Universidade Federal de Pelotas. 2º trimestre/ 2003 . No prelo.
- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Izabel. Cartilhas/pré-livros em Minas Gerais. Produção editorial e ideário pedagógico. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador. Bahia. Setembro 2002.
- KINKLE, Karina. Escolarização da leitura no ensino primário de Minas Gerais (1906/1930). Texto de qualificação para o doutorado apresentado à FAE/UFMG. Belo Horizonte. 2001.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.



LINHARES, Joaquim Nabuco. Itinerário da imprensa de Belo Horizonte. 1895-1954. Estudo crítico e nota biográfica de Maria Ceres Pimenta S. Castro. Belo Horizonte, Editora UFMG/Fundação João Pinheiro. 1995.

MACIEL, Francisca I. P. Ler, escrever e contar... a história da alfabetização em Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE/MG.2003.(Catálogo de exposição)

MORTATTI, Maria do Rosário. Os sentidos da alfabetização. São Paulo. UNESP, 2000.

SOARES, Magda e MACIEL, Francisca. Alfabetização no Brasil, o estado do conhecimento. Brasília, Comped/Inep.

RAZZINI, Márcia. Livros, objetos e práticas escolares em exposição. 2003. (mimeog.)